

MULHERES ENCARCERADAS E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: PROFISSIONALIZAÇÃO À (RE)INSERÇÃO SOCIAL E NO MERCADO DE TRABALHO

Adriane Giugni da Silva^{1*}, Marisa Andrade².

1. Professora Adjunta da UEPA; Líder e Coordenadora do GPPEIS/UEPA.
2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFRJ.

Resumo:

Este trabalho resulta da parceria firmada entre a Central de Penas e Medidas Alternativas da Justiça Federal de São Paulo (CEPEMA) e a Associação Palotina (ASP). Por meio desta parceria a ASP obteve custeio para execução de um projeto, no município de São Paulo, que profissionalizou mulheres, estrangeiras e brasileiras, encarceradas e egressas do sistema prisional, com vistas à sua (re)inserção social e no mercado de trabalho. A ausência de políticas públicas dirigidas a esse público requer da sociedade envolvimento com a questão, caso haja interesse em recuperar essas mulheres. Assim, a ASP realizou cursos profissionalizantes na Penitenciária Feminina do Butantan, a fim de influir qualitativa e positivamente na vida dessas mulheres, propiciando-lhes condições favoráveis às referidas inserções, mediante o desenvolvimento de atividades regulares e lícitas, necessárias à sua sobrevivência e familiar. Espera-se com este relato instigar pesquisadores e colaborar na discussão.

Autorização legal:

Esta pesquisa cumpriu os procedimentos metodológicos e éticos exigidos pelo CEP/CONEP, presentes na Resolução Nº 510, de 07 abril 2016.

Palavras-chave:

Mulheres encarceradas e egressas do sistema prisional; Profissionalização; Mercado de Trabalho.

Apoio financeiro:

Central de Penas e Medidas Alternativas da Justiça Federal de São Paulo - CEPEMA.

Introdução:

Este trabalho relata os resultados de uma parceria empreendida entre a Associação Palotina (ASP) e a Central de Penas e

Medidas Alternativas da Justiça Federal de São Paulo (CEPEMA).

A ASP obteve custeio para execução de um projeto, no município de São Paulo, que profissionalizou mulheres, estrangeiras e brasileiras, encarceradas e egressas do sistema prisional, com vistas à sua (re)inserção social e no mercado de trabalho.

O trabalho realizado objetivou também oferecer a essas mulheres, por meio dos cursos profissionalizantes, condições de (re)inserção social e no mercado de trabalho à sua própria sobrevivência e de sua família, de modo digno e honesto, em consonância com os objetivos e metas da referida Associação.

A profissionalização ocorreu mediante a oferta de cursos relacionados ao mercado da beleza, na área da estética. Nos referidos cursos, buscou-se oferecer às partícipes qualificação para a inserção em um segmento de mercado que, apesar da atual crise socioeconômica e política, tem crescido no Brasil. Além disso, por se constituírem em cursos rápidos, que requerem pouca formação pregressa, possibilitam o início imediato das atividades, mediante baixo investimento financeiro, adequado às possibilidades e condições da referida população.

Observa-se, ainda, que a execução do projeto atendeu também a duas outras finalidades da supracitada parceria: a primeira relacionada ao cumprimento das etapas referentes ao convênio firmado e a segunda atinente aos objetivos expressos no projeto, os quais previram divulgar a sociedade e comunidade científica a necessidade de promoção de ações sociais e formativas, assim como atividades que visem à formação de sujeitos sociais em condições de risco, como o público atendido no projeto, no intuito de influir qualitativa e positivamente na vida dessas pessoas, em especial às mulheres partícipes deste.

Mediante essa experiência e sua divulgação, busca-se alavancar políticas públicas, promovidas pelo Estado e dirigidas tanto às egressas prisionais estrangeiras quanto às brasileiras, população esta que necessita e carece de estímulos para prosseguir no seu processo de vida real, de modo a influir na

(re)inserção social e no mercado de trabalho dessas pessoas, por meio do seu envolvimento com atividades regulares e lícitas.

As seções a seguir apresentam, em síntese, a Associação proponente e executora dos cursos profissionalizantes, assim como os procedimentos desenvolvidos no decorrer do período referente à vigência do convênio.

Metodologia:

Após diversos estudos e pesquisas, detectou-se que a população carcerária feminina brasileira é de mais de 37 mil mulheres (6,4%) das 579 mil pessoas encarceradas, e que estas possuem menos direitos que os homens que representam um percentual de 93,6% dessa totalidade, isto é, 542 mil (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015).

Nas pesquisas previamente efetivadas por estas pesquisadoras constataram-se situações e carências vivenciadas por essas mulheres, identificando-se a problemática supracitada. Essas mulheres são relegadas a condições de extrema precarização, resultante das péssimas condições de encarceramento, portanto, condicionadas a uma desumana subsobrevivência, uma vez que as políticas públicas sociais existentes quase sempre não as contemplam.

A partir desses estudos e diante da constatação do cenário acima identificado, elaborou-se o Projeto que resultou no presente trabalho. Trata-se de um projeto social, administrado pela ASP e custeado pela CEPEMA, que promove a profissionalização a mulheres (brasileiras e estrangeiras) refugiadas e egressas do sistema prisional ou em cumprimento de pena.

A ASP ampliou suas atividades com o público feminino encarcerado, com o fito de aumentar o número de mulheres atendidas, vez que o Estado e a sociedade ignoram a existência desse público. Defende que é preciso lutar contra a invisibilidade dessas mulheres, que após cumprirem suas penas merecem novas chances socialmente. Além disso, oportunizar condições mínimas de sobrevivência, de vida digna, de respeito à dignidade humana e de trabalho trará a essas pessoas benefícios, como: o aumento da autoestima, revigoração do estado emocional, melhora do stress e da depressão, diminuição do tempo ocioso das detentas, assim como as qualificará profissionalmente ao mercado de trabalho.

Assim, os cursos foram desenvolvidos a partir de aulas expositivas e práticas. Concomitante aos cursos ofereceram-se

palestras focadas na promoção de autoestima positiva, orientações trabalhistas (leis), postura profissional, trabalho em equipe, orientação das normas na área da estética, entre outras questões pertinentes à inclusão do público supracitado no mercado de trabalho.

Nos referidos cursos foram disponibilizadas apostilas que visaram auxiliar o estudo e a apropriação do conhecimento ministrado. Tais procedimentos foram reproduzidos em todos os cursos. A fim de avaliar a apropriação dos conhecimentos pelas alunas foram aplicadas provas práticas e escritas ao longo dos cursos realizados, para acompanhar o aprendizado. As certificações foram entregues às alunas que obtiveram frequência mínima de 75% e demonstraram aproveitamento nos cursos.

A metodologia utilizada nos cursos favoreceu a apreensão dos conhecimentos ministrados às partícipes, as quais demonstraram interesse e envolvimento nos cursos, melhora significativa na autoestima e no modo de convivência coletivo, no desempenho das atividades, entre outros comportamentos sociais positivos e saudáveis ao convívio coletivo social.

Resultados e Discussão:

Apesar dos cursos terem decorrido de maneira tranquila, obtendo avaliação do conjunto dos envolvidos como excelente, algumas dificuldades foram vivenciadas no processo. Uma dessas dificuldades refere-se às desistências de algumas presas.

Enfrentaram-se também alguns problemas relacionados às "saidinhas", ocorridas por ocasião de feriados prolongados. Isso ocasionou mudança nos dias de aulas, vez que algumas partícipes dos cursos tinham direito a esse benefício. Para solucionar esse problema, encaminhou-se com antecedência à Unidade Prisional uma solicitação de antecipação dos dias de aulas dos cursos, evitando-se dessa forma prejuízos quanto à perda dos conteúdos trabalhados nas aulas e o comprometimento do conteúdo planejado.

À medida que os cursos eram concluídos, procedera-se a entrega das certificações, conforme planejado. Alguns certificados foram entregues na ASP e outros na Unidade Prisional do Butantan, haja vista algumas encarceradas não terem obtido autorização do juiz para comparecer ao evento na ASP. Em razão disso, a equipe gestora do projeto, em data oportuna, esteve na unidade prisional e efetuou a entrega dos certificados. Assim, procederam-se os outros dois cursos, tentando-se resolver as problemáticas surgidas e buscando-se soluções para as

mesmas.

A despeito dos problemas vivenciados no decorrer dos cursos, como já citados, avalia-se que a equipe gestora conseguiu enfrenta-los, criando estratégias para superar os problemas e continuar o trabalho, a fim de alcançar seus objetivos e ofertar os cursos com qualidade.

Apesar dos impeditivos iniciais e dos problemas supracitados, a ASP, a CEPEMA, a Penitenciária Butantan, a equipe gestora do projeto e as alunas avaliaram os resultados do trabalho como positivos para todos os envolvidos. Os objetivos dos cursos foram alcançados, podendo-se comprovar isso por meio das atividades realizadas e avaliadas no processo, resultando na qualificação e no envolvimento das alunas, que em concomitância à realização dos mesmos já colocavam em prática, entre as partícipes, o aprendizado.

Ressalta-se que o projeto alcançou os objetivos planejados, obtendo sucesso em sua implementação, com formação de um público superior ao número proposto inicialmente, que era de cinquenta (50) mulheres, e ao final sessenta e oito (68) alunas foram capacitadas e o concluíram os cursos, apresentando-se aptas para atuarem profissionalmente.

Conclusões:

Após a realização do projeto a ASP avaliou positivamente o processo empreendido. A Associação defende a necessidade de se desenvolver um trabalho de excelência e de qualidade diferenciada, especialmente considerando-se o público atendido e a carência de políticas públicas sociais dirigidas a esse público.

Nesse sentido, busca sempre cumprir as metas previstas em seu Estatuto, desenvolvendo atividades e parcerias que somadas resultarão em benefícios à comunidade atendida, isto é, na (re)inserção social e no mercado de trabalho das mulheres encarceradas profissionalizadas. Mas, para alcançar o seu intento, não basta deter um espaço físico diferenciado, é indispensável à colaboração e o empenho de uma equipe qualificada e comprometida na realização de um trabalho de qualidade, focado nos objetivos e metas planejados. Além disso, no que respeita às parcerias, há que se considerar a escolha dos referidos parceiros, visto que devem comungar dos mesmos preceitos, das mesmas ambições, dos mesmos sonhos. Só assim é possível fazer a diferença, especialmente em um mundo no qual o ser humano é pouco ou quase nada valorizado.

Contudo, isso também não basta! Necessita-

se do envolvimento do público com o qual se trabalha e para o qual as ações são planejadas. E como se faz para que pessoas excluídas, discriminadas e marginalizadas socialmente, as “quase nada”, “invisíveis”, “quase ninguém”, sintam-se merecedoras de condições dignas de vida e sobrevivência? Primeiro, oferta-lhes possibilidades de pensar criticamente a sua realidade. Depois, oferecem-lhes oportunidades de formação, de qualificação e profissionalização capazes de lhes devolver a autoestima positiva, de lhes instigar o desejo de ser, respeitado socialmente, de sonhar alto, de lutar pelo melhor para si mesmas e seus familiares, a fim de acreditarem que é possível, apesar de tudo, a (re)inserção social e profissional.

Assim, percorreu-se esse período e o transcurso dele resultou no desempenho das atividades com qualidade, tanto para a equipe gestora quanto para a quase totalidade das alunas, seja nas aulas teóricas, seja nas práticas. Também se percebeu nas cursantes grande interesse na realização e participação em outros cursos, o que será levado em consideração para a reedição do projeto com a CEPEMA.

Espera-se que este trabalho possa contribuir na discussão relativa às políticas públicas sociais às mulheres encarceradas e que estimule pesquisadores interessados na discussão e no trabalho empreendido pela ASP a pesquisarem e requererem do Estado à implementação de políticas públicas sociais que visem ao atendimento dessa população.

Almeja-se também assinalar o empenho desta Associação na sua atuação social, assim como na implementação qualitativa do projeto relatado neste artigo, haja vista o descaso do Estado e da própria sociedade civil no que concerne à existência de políticas públicas sociais dirigidas a esse público.

Para não concluir, considera-se que o trabalho é fundamental para a (re)inserção social da mulher egressa prisional, pois lhes permitirá idealizar um futuro após o cárcere. Entende-se também que a progressão de pena, benefício previsto na Lei de Execução Penal (LEP), possibilita a essas mulheres o cumprimento do restante de sua pena em liberdade, desonerando os cofres públicos, desmantelando as “escolas do crime”, financiadas pelo governo, possibilitando que essas pessoas busquem o seu próprio sustento por meio da sua inserção no mercado de trabalho. Portanto, acredita-se que a profissionalização dessas mulheres constitui-se como possibilidade efetiva à sua (re)inserção social e no mercado de trabalho. Dessa forma, intenta-se por meio do trabalho

empreendido influir qualitativa e positivamente na realidade, tanto para o público em questão, quanto para a sociedade paulistana, além deste se constituir em um benefício para o Estado, visto que sua função é proporcionar à encarcerada ações públicas sociais destinadas à sua (re)inserção social. Afinal, essas mulheres também são detentoras de direitos humanos, os quais são universais e garantidos a todo ser humano.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei de Execução Penal (1984). Lei de Execução Penal: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal. Série Legislação, Brasília, DF, Coordenação de Publicações, n. 11, 2008.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Infopen. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias. Brasília: DEPEN, 2015.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Infopen. Mulheres Presas: dados gerais. Projeto Mulheres. Brasília: DEPEN, 2015.

LIMA, Raquel da Cruz. Situação das mulheres presas no Brasil. ADITAL, 2015. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.a.sp>. Acesso em: 05 dez. 2016.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 21, n. 2, 2004.

SEADE/DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2016.